

DEFESA DA MAGISTRATURA

Reajuste do subsídio é aprovado em Comissão da Câmara Federal

A Câmara dos Deputados deu o primeiro passo para a aprovação do projeto de lei 7.917/14, do STF, que reajusta

o valor dos subsídios dos ministros. No dia 5 de novembro, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

aprovou, por unanimidade, o texto integralmente. Agora, será apreciado pela Comissão de Finanças e Tributação e,

depois, de Constituição e Justiça e Cidadania antes de ir a Plenário. E, no dia 28 de outubro, a Amagis conquistou a suspen-

são da cobrança de imposto de renda sobre o terço constitucional de férias dos magistrados.

Página 5

HISTÓRIA

59 anos de lutas e conquistas

Georgia Baçvaroff



Herbert Carneiro e Bruno Terra na cerimônia de inauguração do retrato

Georgia Baçvaroff



Autores no lançamento da 10ª edição da Amagis Jurídica

A Amagis celebrou sua trajetória de 59 anos de conquistas e de história em evento, no dia 5 de novembro, no qual inaugurou o retrato do juiz Bruno Terra Dias na galeria dos ex-presidentes e lançou a 10ª edição da revista Amagis Jurídica, abrilhantada com artigo exclusivo do professor Cançado Trindade, juiz da Corte Internacional de Haia. Na ocasião, a Associação ainda lançou o seu novo Portal na internet, ampliando a interlocução com os associados e com a sociedade, por meio de ferramentas mais modernas da comunicação digital.

Páginas 12 a 15

Prazos processuais são regulamentados

Página 3

Magistrados se unem em ato por Diretas

Página 4

Juízes têm papel decisivo nas eleições

Página 10

Amagis incentiva 'Novembro Azul'

Página 24

Do diálogo e do respeito à independência entre Poderes

HERBERT CARNEIRO*

A presidente Dilma Rousseff conquistou, de maneira legítima e incontestável, seu segundo mandato para o quadriênio (2015-2018) e merece total reconhecimento acompanhado de votos de êxito administrativo e institucional. Vale ainda ressaltar que, no mesmo dia de sua reeleição, a mandataria dirigiu-se à Nação brasileira com o espírito aberto, pregando o diálogo e a união dos brasileiros. Encerrado o intenso processo eleitoral, é hora de retomar a normalidade administrativa, com prioridade para a construção permanente e institucional da vida democrática do País.

Como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, o respeito à independência entre os Poderes constitui cláusula pétrea consagrada na Constituição Federal e é base da harmonia que deve presidir as relações interinstitucionais.

Ao organizar sua estrutura e definir diretrizes administrativas, cada um dos Poderes o faz com base em suas prerrogativas e competências. Ao exercer as suas, o Poder Judiciário manda, por exemplo, o seu orçamento de acordo com a necessidade mínima para o bom funcionamento na prestação de seus serviços jurisdicionais. Como também é competência do Legislativo (o Congresso Nacional) apreciar, emendar, aprovar ou reprová-lo, dentro de seus limites constitucionais, o Orçamento dos três Poderes. Já o Executivo não pode nem deveria interferir nessa questão.

Cumpridores das leis e da Constituição, e conscientes da realidade nacional, os juizes brasileiros estão prontos e preparados para seguir as normas vigentes e debater a realidade do Judiciário com deputados federais e senadores, a quem compete a palavra final sobre a destinação e inversão dos recursos públicos.

Em razão disso, consideramos o corte unilateral feito pelo Poder Executivo no orçamento do Poder Judiciário/2015 intromissão indevida. O extemporâneo gesto fere a Constituição e agride frontalmente a autonomia do Poder Judiciário, já que a elaboração de sua proposta orçamentária é de sua exclusiva competência, assim como alterações sobre ela só podem ser feitas exclusivamente pelo Congresso Nacional.

Além de grave, do ponto de vista institucional e da estabilidade democrática do País, são igualmente

desastrosas as consequências resultantes da medida para a efetividade da Justiça e da razão de ser do Poder Judiciário. Juizes e juizas têm a responsabilidade social de atender aos reclames da sociedade, que anseia por um Judiciário melhor aparelhado, mais eficiente e que solucione, com celeridade, as demandas que lhe são trazidas. Sem recursos compatíveis, e sem as condições necessárias, o Judiciário cumprirá somente papel decorativo e acessório na República.

Como vimos no “Relatório Justiça em Números 2014”, divulgado pelo CNJ em setembro passado, a quantidade de processos finalizados a cada ano pelos magistrados brasileiros cresceu 9,3% desde 2009, mas ainda é inferior ao surgimento de casos novos que ingressam anualmente na Justiça. Segundo os dados, o estoque de processos tramitando na Justiça brasileira chegou a 95,14 milhões em 2013, sendo que 28,3 milhões representam os casos novos e 27,7 milhões, os processos baixados no respectivo ano. O número de casos pendentes de solução definitiva nos tribunais cresce, em média, 3,4% por ano desde 2009, sendo 66,8 milhões em 2013.

Nossas convicções não são descabidas, como reafirma a realidade, nem estamos sozinhos. A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, determinou, no final do mês passado, que o Executivo reinclua, no projeto do Orçamento de 2015, a previsão de receitas encaminhada originalmente pelo Judiciário e pelo Ministério Público. Com a decisão, o Poder Executivo terá que rever sua

decisão e reapresentar a proposta do Judiciário na íntegra, sem cortes.

Ao ser acionada, a ministra nada mais fez do que o que determina a Constituição, restabelecendo que as propostas orçamentárias originais sejam anexadas, de forma integral, à Mensagem Presidencial nº 251/2014, e que sejam apreciadas pelo Congresso Nacional como parte integrante do projeto de lei orçamentária anual de 2015.

Além do rito institucional e da normalidade constitucional, tão ou mais importante do que isso, a decisão da ministra restaura, especialmente, a convicção de que diálogo e união nacional só podem ser materializados em ambiente de respeito e convivência harmoniosa entre os três Poderes. ●

(*) Presidente da Amagis

“O respeito à independência entre os Poderes constitui cláusula pétrea consagrada na Constituição Federal”

ÍNDICE

Magistrados fazem ato por diretas no Judiciário **4**

Juizes de Caratinga e Manhuaçu recebem a Associação **9**

» CNJ regulamenta auxílio-moradia para magistrados	03
» Magistrados fazem ato por diretas no Judiciário	04
» Amagis participa de desagravo a magistrada	04
» Amagis garante suspensão de cobrança de IR sobre férias	05
» Ejeff promove Curso Jurídico	06
» Dom Helder simula Tribunal Internacional	07
» Amagis homenageia Cármen Lúcia e Cançado Trindade	08
» Juizes de Caratinga e Manhuaçu recebem a Associação	09

» Atuação dos juizes garante processo democrático	10
» CNJ e Unicef premiam Coinj com selo ouro	11
» Amagis completa 59 anos de conquistas e defesa da classe	12
» Amagis inaugura novo portal mais moderno e dinâmico	15
» Destaques dos programas de TV da Amagis em outubro	16
» Cenário de incerteza: proteja-se da inflação	19
» Magistratura adere à campanha 'Outubro Rosa'	23
» Amagis também apoia o 'Novembro Azul'	24



Jornal Mensal da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:
Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas:
Desembargador Tibagy Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

Vice-presidente Sócio-cultural-Esportivo:
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

Dom Helder simula Tribunal Internacional **7**

Amagis também

apoiar o **24** 'Novembro Azul'

DIREITO

CNJ regulamenta auxílio-moradia para magistrados

Luiz Silveira/Agência CNJ



CNJ fixou subsídio com referência nos ministros do STF

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a regulamentação, no dia 7 de outubro, do pagamento de auxílio-moradia aos magistrados. A resolução disciplina que o auxílio terá, como teto, o valor fixado para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e, como piso, o valor pago aos membros do Ministério Público.

A AMB, Anamatra e Ajufe divulgaram, dois dias depois da regulamentação, nota sobre o ato expedido pelo CNJ, onde reafirmam que a extensão da ajuda de custo reconhece o caráter nacional da magistratura e estabelece a isonomia e o reconhecimento de um direito a todos os ramos da categoria, além de estar previsto no artigo 65 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e não depende de regulamentação.

A ministra Rosa Weber, do STF, rejeitou, no dia 13 de outubro, pedido da Advocacia-Geral da União para suspender o pagamento de auxílio-moradia a juízes de todo o país. No mandado de segurança protocolado no STF, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, solicitou que o Supremo derrubasse a liminar de Fux, que estendeu o benefício mensal.

No dia 15 de outubro, a AMB ingressou com petição no STF para que a ajuda de custo para moradia seja estendida aos magistrados aposentados, em reconhecimento que a garantia constitucional da vitaliciedade da magistratura permanece intacta e inalterável por toda a vida do magistrado, defendendo ainda o princípio constitucional de paridade. ●

NOVO CALENDÁRIO

TJMG regulamenta prazos processuais

Marcelo Albert



Suspensão dos prazos processuais modificará rotina do Fórum Lafayette

Em resposta ao ofício enviado pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, ao presiden-

te do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Pedro Bitencourt, no dia 6 de outubro, o

TJ editou a portaria nº 387/2014, publicada no Diário do Judiciário no dia 20 de outubro, que regulamenta a

suspensão dos prazos processuais de 7 a 20 de janeiro de 2015.

A portaria dispõe sobre o funcionamen-

to do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância no período de 20 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015 e determina que, de 7 a 20 de janeiro de 2015, ficam suspensos os prazos processuais de qualquer natureza, vedando também a realização de audiências e sessões de julgamento, inclusive as anteriormente designadas.

Haverá expediente na secretaria do Tribunal de Justiça, nas secretarias de juízo e nos serviços auxiliares da direção do foro. Os advogados poderão ter vista dos processos em cartório ou nas secretarias, bem como retirar os autos em carga e obter cópias que entenderem necessárias, hipóteses em que serão considerados intimados dos atos até então realizados. ●

DEMOCRATIZAÇÃO

Magistrados fazem ato por diretas no Judiciário

Luciana Lombardi



Cerca de 150 juízes participaram do ato em frente ao TJGO

Cerca de 150 juízes participaram, no dia 22 de outubro, de ato público coordenado pelo Fórum Permanente de Democratização do Poder Judiciário e pela Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmeço), realizado durante sessão do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO).

O requerimento da Asmeço, de mudança do regimento interno

do Tribunal, segue com pedido de vistas na Comissão de Regimento e Organização Judiciária do TJGO. Além das eleições diretas para presidente e vice do Tribunal, o Fórum Permanente defende o exercício do cargo de diretor-geral do Tribunal por um juiz, participação nas discussões do orçamento da Justiça e inclusão dos magistrados do interior entre os juízes auxilia-

res da presidência e da corregedoria.

No dia 20 de outubro, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) aprovou o pedido da Amatra de implantação de eleições diretas para o Tribunal. E no dia 22 do mesmo mês, o Tribunal Justiça de Sergipe indeferiu o pedido de votação direta formulado pela Associação dos Magistrados de Sergipe. ●

DEFESA DA MAGISTRATURA

PRERROGATIVAS

Amagis participa de desagravo a magistrada

No início da sessão do dia 8 de outubro, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizou desagravo em favor da desembargadora Selma Marques, que foi alvo de ofensas cometidas por pessoas descontentes com decisões da magistrada. A iniciativa foi do desembargador Eduardo Machado.

A Amagis aderiu ao desagravo feito pelos membros do órgão. O presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, que participou da sessão, manifestou sua solidariedade com a desembargadora e informou aos colegas que o departamento jurídico da Amagis adotaria todas as providências em defesa da honra da desembargadora e da classe.

Na sessão do dia 22 de outubro, o presidente da Amagis defendeu a participação de magistrados em cursos fora do Estado e do País, como instrumento da formação continuada e do aperfeiçoamento do Judiciário. Na ocasião, o Órgão Especial aprovou a participação de magistrados no 8º Congresso Ibero-Americano de Cooperação Judicial na Espanha.

No mesmo dia, os membros do órgão aprovaram o acréscimo na redação do parágrafo único da minuta de resolução do TJ, que trata das atribuições e requisitos para o provimento dos cargos comissionados dos quadros de pessoal da Justiça de primeiro grau, conforme requerido pela Amagis. ●

Adriano Boaventura



Herbert Carneiro se manifesta no Órgão Especial

NA AUTO JAPAN, VOCÊ TEM CONDIÇÕES ESPECIAIS SEMPRE EM SUA DEFESA.

Home
and Office
Delivery

CORTESIA:*

+ PROTETOR DE CÂRTER

+ JOGO DE TAPETES

Rede de Concessionárias Auto Japan. Mais Honda. Mais Você.

RAJA
Raja, 2760 - 3298-2900

PAMPULHA
Catalão, 750 - 3469-5900

SEMINOVOS BARÃO
Barão, 2761 - 3313-4611

BANDEIRANTES
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

CIDADE NOVA
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

autojapan.com.br



HONDA

AUTO JAPAN



* Protetor de cârter e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda FIT 2015, ou Honda CIVIC 2015, para filiados Amagis. ** Test drive em casa ou escritório para os modelos Fit, City, Civic e CRV de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. Condições válidas de 01/11/2014 a 30/11/2014. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão aprova reajuste dos subsídios

Rodolfo Stuckert / Câmara dos Deputados



Aprovação foi na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 5 de no-

vembro, o projeto de lei 7.917/14, de autoria do Supremo Tribunal Federal, que reajusta o subsídio dos ministros do

STF, com efeitos para toda a magistratura.

De acordo com o projeto, o reajuste será de 21,9% e foi calcula-

do a partir da reposição das perdas da inflação de 2009 a 2013, somadas à projeção do Índice Nacional de Preços ao

Consumidor – Amplo (IPC-A) para 2014.

O projeto do Supremo também estabelece três critérios para os futuros reajustes salariais, que são: a recuperação do poder aquisitivo dos ministros; o fato de que o salário dos ministros ser usado como teto da administração pública; e a comparação com subsídios e remunerações de outros integrantes de carreiras de estado, como diplomatas, e demais servidores federais.

A proposta original define que esses critérios passarão a basear os reajustes a partir de 2019, mas o relator na Comissão do Trabalho, deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), apresentou emenda antecipando esse prazo para 2016, considerando que o prazo original “inexpiavelmente distante”, já que as normas têm “inegável relevância”.●

TERÇO CONSTITUCIONAL

Amagis garante suspensão de cobrança de IR sobre férias

Em sentença publicada no dia 28 de outubro o juiz Agnaldo Rodrigues Pereira, da 2ª Vara de Feitos Tributários de Belo Horizonte, julgou procedente a ação da Amagis em desfavor do Estado de Minas Gerais, contestando o desconto de imposto de renda sobre o terço constitucional de férias dos magistrados.

O magistrado julgou procedente o pedido inicial da Amagis feito em 25 de setembro de 2013, e confirmou a antecipação de tutela dada em 10 de outubro do mesmo ano, reconhecendo e declarando

a inexistência de relação jurídico-tributária. Diante disso, o magistrado determinou que o Estado se abstenha de proceder ao desconto de imposto de renda.

O juiz ainda condenou o Estado a restituir os valores indevidamente recolhidos, retroativos e não alcançados pela prescrição, contados a partir do ajuizamento da ação, acrescidos de correção monetária pela tabela da CGJ/MG desde a data de cada desconto indevido, incidindo juros de mora a partir do trânsito em julgado, devendo ser aplicada a taxa Selic.●

Tiago Parrela



Ação foi julgada na Vara de Fazenda Pública e Feitos Tributários

FORMAÇÃO CONTINUADA

Ejef promove Curso Jurídico

Marcelo Albert

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) promoveu, nos dias 30 e 31 de outubro, o II Curso Jurídico Regional (CJUR) 2014, na cidade de São João Del-Rei (Campo das Vertentes). Como apoiador da iniciativa, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, acompanhado pelo vice-presidente de Saúde, juiz Maurício Soares, e pelo diretor da seccional em Belo Horizonte, desembargador Alberto Diniz, participou da solenidade de abertura do curso.

Com o tema “300 anos do Judiciário em São João del-Rei e Questões Relevantes no Contexto Constitucional Brasileiro”, vários desembargadores e juizes das comarcas de Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete, Corinto, Ipatinga, Nova Lima, Poços de Caldas, Rio Preto, Santos Dumont, São João del-Rei e Varginha se reuniram para aprimorar conhecimentos e buscar melhores resultados na prestação jurisdicional através da integração, capacitação e do desenvolvimento em sua área de atuação.

O juiz diretor do foro da comarca de São João del-Rei, Auro Aparecido Maia de Andrade, proferiu palestra “Aspectos históricos da Comarca de Rio das Mortes”, destacando o surgimento do Poder Judiciário no Brasil desde a chegada dos portugueses ao país à elevação da então capitania Rio das Mortes à comarca. A vice-presidente do STF, ministra Carmem Lúcia, que se seria uma das palestrantes, gravou um vídeo reforçando a necessidade de o Judiciário se pautar pelos anseios do cidadão por uma Justiça mais célere. ●



Abertura do curso foi realizada no Teatro Municipal de São João del-Rei

EJEF E ENM

Escolas discutem parceria em cursos

Renata Caldeira/TJMG



Magistrados defendem a formação permanente

A Escola Nacional da Magistratura (ENM) e a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) vão firmar um convênio para realização conjunta de cursos. As bases dessa parceria foram discutidas em encontro realizado no dia 7 de outubro entre o presidente da ENM, juiz Marcelo Piragibe, o coordenador da ENM e vice-presidente So-

ciocultural-Esportivo da Amagis, desembargador Tiago Pinto, o superintendente da Ejef, desembargador Kildare Carvalho, e o assessor da Ejef e vice-presidente Financeiro da Amagis, juiz Luiz Carlos Resende Santos. Além dos cursos, será realizado encontro de toda a diretoria e coordenadores em Ouro Preto, no primeiro semestre do ano que vem. ●

SANTA LUZIA

Comarca implanta projeto pioneiro

Arquivo Pessoal



Iniciativa visa eficiência na execução fiscal

A Comarca de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, implantou, de forma pioneira em Minas Gerais, o projeto “TJMG e Prefeituras – Parceria para uma gestão fiscal eficiente”, no dia 13 de outubro.

Fruto de um trabalho de mais de três anos entre o Judiciário e o Executivo, o objetivo é sensibilizar os gestores municí-

pais para o problema da execução fiscal, já que mais de 600 mil processos que tramitam na Justiça mineira se referem a cobranças fiscais dos municípios. Além do alto número de processos que gera, a execução fiscal tem sido ineficiente, pois os municípios acabam gastando mais com a cobrança do que os valores que eles têm a receber. ●

JULGAMENTO

Dom Helder simula Tribunal Internacional

Geórgia Baçvaroff



Julgamento foi realizado na Escola Superior Dom Helder

Em uma iniciativa inédita, a Escola Superior Dom Helder Câmara realizou, no dia 25 de outubro, a sessão de julgamento do Tribunal Internacional Estudantil (TRI-e), feita por estudantes de Direito. O TRI-e é uma simulação de julgamento da Corte Internacional de Justiça da ONU e tem como patrono o jurista e professor Antônio Augusto Cançado Trindade, integrante da Corte Internacional de Justiça. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, presidiu o julgamento e destacou a importância de se conhecer a jurisdição do Direito Internacional.

Seis equipes finalistas participaram da sessão, que teve como tema a proteção internacional dos migrantes econômicos à

luz dos Direitos Fundamentais e do Direito Internacional. As equipes analisaram se o direito internacional, por meio da ONU e do Tribunal Internacional de Justiça, deveria conceder às populações que emigram, por motivos econômicos, o status de refugiados. Foram “representados” os países de Egito, Argélia, Itália, Líbia, Sudão do Sul e Honduras.

Foi vencedora a equipe do Egito, que defendeu a posição contrária. Como prêmio, os membros da equipe ganharam uma viagem para visitar a Corte Internacional de Justiça, em Haia, na Holanda. O segundo lugar ficou com a equipe de Honduras, com a posição favorável. Os membros ganharam uma viagem a Brasília, para visitar o STF. ●

SUA EMPRESA VAI MUDAR?
ENTÃO ESTÁ NA HORA DA GENTE CONVERSAR!



morse360

(31) 3332.3800 - 3332.4280

www.gegemudancas.com.br

MEDALHA GUIDO DE ANDRADE

Amagis homenageia Cármen Lúcia e Cançado Trindade

Felipe Sampaio/STF



Ministra Cármen Lúcia

Adriano Boaventura



Antônio Augusto Cançado Trindade

A ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, vice-presidente do STF, e o professor Augusto Cançado Trindade,

membro do Tribunal Internacional de Justiça (Corte de Haia), serão agraciados pela Amagis com a Medalha Guido

de Andrade, durante solenidade no dia 18 de dezembro. A comenda é a mais alta honraria da Associação e tem o

objetivo de homenagear personalidades que contribuíram para o fortalecimento da magistratura e do Judiciário.

Em junho, a ministra Cármen Lúcia esteve na sede da Amagis, onde participou de um encontro com os magistrados mineiros com o objetivo de promover o diálogo do Supremo Tribunal Federal com os juízes de 1º grau em favor do aperfeiçoamento do Judiciário. “A magistratura é uma, é a mesma em todos os graus de jurisdição”, acentuou a ministra à época.

O professor Cançado Trindade tam-

bém esteve na sede da Amagis neste ano, no mês de julho, quando proferiu palestra encerrando a segunda reunião da Comissão de Direitos Humanos da AMB, realizada em Belo Horizonte. O jurista destacou a importância e o papel do Judiciário na defesa dos direitos humanos em qualquer sociedade e país.

A comenda foi instituída pela Amagis por meio da portaria normativa nº 1, de junho de 2007, na gestão do ex-presidente desembargador Nelson Mísias de Moraes. ●

INCENTIVO CULTURAL

Diretoria da Amagis fortalece parceria com a Cemig

Tiago Parrela



Representantes da Amagis e da Cemig durante encontro

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e integrantes da diretoria fizeram visita de cortesia, no dia 8 de outubro, à diretora jurídica da Cemig, Maria Celeste Moraes Guimarães, para fortalecer a parceria e apoio da companhia nos projetos culturais da Associação.

A Cemig é incentivadora de trabalhos de disseminação cultural e

científica da Associação, em especial pelo apoio às publicações da Magis Cultura, revista de cultura e arte dos magistrados mineiros, e a Amagis Jurídica, revista científica, composta por artigos jurídicos produzidos por juízes e desembargadores e colaboradores.

Além de Herbert Carneiro, participaram da reunião, os desembargadores Tiago

Pinto, vice-presidente Sociocultural-Esportivo; Edison Feital, diretor da Amagis Saúde; e os juízes Maurício Soares, vice-presidente de Saúde; Luzia Peixoto, vice-presidente Administrativo; Rosimere Couto, diretora de Comunicação; José Martinho Nunes Coelho, diretor-tesoureiro, e Carlos Donizetti, coordenador regional da Associação. ●

CONGRAÇAMENTO

Encontro será realizado dia 13

Adriano Boaventura



Magistrados descontraem na celebração

O tradicional Encontro de Congraçamento da Magistratura Mineira será realizado no dia 13 de dezembro, às 21h, no Ilustríssimo, no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte. Realizado pela Amagis, em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o evento promove a confraternização entre magistrados do inte-

rior e da capital, familiares e amigos. Parte da renda será revertida para o Projeto Natal Solidário do Nutris (Núcleo de Trabalho e Integração Social), projeto social da magistratura mineira.

Os interessados devem confirmar presença pelo telefone no número (31) 3079-3488 (falar com Anderson). ●

PARTICIPAÇÃO

Juízes de Caratinga e Manhuaçu recebem a Associação

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, esteve, neste mês de outubro, nas Comarcas de Caratinga (Rio Doce) e Manhuaçu (Zona da Mata) no dia 10 de outubro, quando se reuniu com os juízes das duas regiões, com o objetivo de intensificar a gestão itinerante e participativa, reunindo e integrando a magistratura mineira.

Em todos os encontros, o presidente conversou com os magistrados sobre diversos temas de interesse da magistratura, como a implementação das conquistas da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), eleições diretas, melhores condições de trabalho e de segurança, aperfeiçoamento do Judiciário, além de fazer a prestação de contas do trabalho da Associação.

Na Comarca de Caratinga, o presidente da Amagis foi recebido pelos juízes Marco Aurélio Abrantes Rodrigues, José Antônio de Oliveira Cordeiro, Alexandre Ferreira, Júlio Ferreira de Andrade, Consuelo Silveira Neto, Carlos Roberto de

Faria, Geraldo Magela Reis Alves, Ronaldo Souza Borges e Antônio Augusto Calaes de Oliveira, no Fórum Desembargador Faria e Souza.

Já na de Manhuaçu, a reunião ocorreu também no fórum da comarca, com a participação dos juízes Vinícius Dias Paes Ristori e Walteir José da Silva, e as juízas Patrícia Bitencourt, Daniela Bertoline e Elimar Boaventura.

Ao final da reunião, em Manhuaçu, os magistrados foram servidos por um bufê com bolos, biscoitos, pães recheados e sucos, preparados com muito zelo por recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) da comarca. A expectativa é que o bufê, com aproximadamente dois meses de existência, possa se expandir e atender, futuramente, a outras instituições.

No mês de setembro, o presidente da Amagis levou a gestão itinerante da Associação para as Comarcas de Ipatinga, Divinópolis, Sete Lagoas, Contagem, Betim, Governador Valadares e região. ●

Fernanda Marques



Reunião no Fórum Desembargador Faria e Souza em Caratinga

Fernanda Marques



Juízes com o presidente da Amagis em Manhuaçu

Instituto Mineiro de Perícias



Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio AMAGIS

JUSTIÇA ELEITORAL

Atuação dos juízes garante processo democrático

Georgia Bacvaroff

**Encontro Eleitoral realizado no TRE-MG, em BH**

Neste ano, cerca de 142 milhões de brasileiros foram às urnas escolher o novo presidente, governadores e os senadores, deputados federais e estaduais, que irão ocupar o Legislativo nos próximos quatro anos. O resultado do pleito presidencial foi divulgado em todo o mundo antes mesmo dos votos da última urna, no Acre (Norte do País), serem totalizados.

O que a maioria dos cidadãos não sabe é que para o Judiciário o processo eleitoral começou no dia 5 de outubro de 2013, último prazo para registro dos estatutos dos partidos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e continua com o julgamento das prestações de contas das candidaturas e diplomação dos eleitos.

Em Minas Gerais, aproximadamente 15

milhões de pessoas participaram da eleição, administrada por 351 magistrados, respectivamente, em cada uma das 351 zonas eleitorais existentes no Estado. Todo esse trabalho é organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), cuja corte é composta por sete juízes titulares e sete juízes substitutos, articulado com o TSE.

Dos preparativos à votação e apuração, o TRE-MG julgou aproximadamente 1.900 pedidos de registros de candidaturas, recebeu 640 representações – como pedidos de direito de resposta, aplicação de multa por propaganda irregular, campanha antecipada, entre outros – e recebeu cerca de 6 mil denúncias online, que foram encaminhadas para o juiz eleito-

ral responsável pela zona da região onde foi apontada a irregularidade.

PREPARAÇÃO

O TRE-MG capacitou os juízes eleitorais para atuarem em 2014. O juiz e diretor do Foro Eleitoral e diretor Executivo da Escola Judiciária Eleitoral, Carlos Henrique Perpétuo Braga, explica que essa formação é necessária porque a legislação eleitoral possui muitas especificidades e passa por atualizações nesse período.

O magistrado lembra ainda que como as eleições são bienais, normalmente, os juízes que participaram do pleito deste ano não atuaram na eleição municipal.

As principais novidades deste ano foram a aplicação da lei da ficha limpa

nas eleições gerais e as alterações nas regras da propaganda eleitoral, que, por exemplo, proibiu os postulantes a um cargo no Legislativo de divulgarem suas candidaturas por meio de telemarketing.

Braga lembrou ainda que, além de fiscalizar a propaganda eleitoral, os magistrados são responsáveis pelos preparativos para a votação nas zonas eleitorais, convocação e treinamento de mesários, inserção de dados nas urnas eletrônicas e por todos os procedimentos necessários para viabilizar a votação e a apuração. “O papel dos juízes nas eleições é fundamental por conferir confiabilidade e credibilidade ao processo eleitoral”, avaliou.

Em contraposição ao trabalho silencioso dos juízes no processo eleitoral, o Brasil vivenciou neste ano uma eleição considerada histórica, por ser a maior dos últimos tempos e também pela polarização entre as candidaturas a presidente que mobilizou toda a sociedade. Passado o calor da campanha, assim como todos os brasileiros, os magistrados esperam ver o país avançar em temas como o desenvolvimento econômico e a reforma política, apontados como um dos desafios para o mandato da presidente reeleita, Dilma Rousseff. ●

DEPUTADOS ELEITOS PARA A 18ª LEGISLATURA

Partido	Eleitos
PT	10
PMDB	10
PSDB	9
PSD	4
PTB	4
PV	4
PDT	4
PR	3
PSB	3
PT do B	3
PC do B	3
PTN	3
PP	3
PPS	3
DEM	2
PRB	2
PSC	2
PMN	1
PTC	1
PROS	1
PEN	1
PHS	1
TOTAL	77

Fonte: TSE

RECONHECIMENTO

CNJ e Unicef premiam Coinj com selo ouro

Gilmar Felix/Agência CNJ



Esperanza Vives, Ricardo Lewandowski e Pedro Bitencourt

A Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), foi premiada, no dia 14 de outubro, na categoria ouro do Selo Infância e Juventude, entregue pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (tradução do inglês para Unicef), com o objetivo de reconhecer o trabalho do Judiciário nessa área.

O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, recebeu a premiação pela Coinj, que hoje é coordenada pelo desembargador Wagner Wilson. A coordenadoria do TJ foi criada no dia 25 de junho de 2010, e tem entre outros objetivos desenvolver políticas relacionadas à proteção da criança e do adolescente.

Uma das iniciativas da Coinj mineira é a Orquestra Jovem e Coral Infantojuvenil, que atende a cerca de 130 crianças e adolescentes que praticam violino, viola, violoncelo, contrabaixo acústico, aluas de canto, expressão corporal, teoria musical e prática orquestral.

Parceira da coordenadoria, a Amagis apoia o projeto e tem captado recursos para que a Orquestra e o Coral possam realizar, na Europa, a turnê "Justiça e Paz se Abraçarão". O convite para a viagem internacional foi feito pelo reitor do Colégio Brasileiro, de Roma, padre João Rohr. Os interessados em contribuir podem fazer a doação pela conta 20.399-8, agência 1.615-2, no Banco do Brasil. ●

INCLUSÃO SOCIAL

Orquestra Jovem apresenta repertório no TJMG

A Orquestra Jovem do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) se apresentou, no dia 25 de outubro, no auditório do anexo I do Tribunal, na unidade Goiás. A apresentação, que teve a entrada gratuita e

aberta ao público, contou com a participação dos alunos da Escola Municipal Ulysses Guimarães, da Escola Estadual Dona Augusta, e crianças e adolescentes de instituições de acolhimento da capital.

O presidente do Centro de Voluntariado de Apoio ao Menor (Cevam), Ananias Neves, considerou o projeto de fundamental importância para a reeducação do ser humano e na construção do próprio indivíduo. ●

Tiago Parrela



Orquestra Jovem em apresentação no TJMG

AÇÃO SOCIAL

Nutris tem nova diretoria e novos projetos

Adriano Boaventura



Ampliação do atendimento foi pauta da reunião

A diretora de Pensionistas da Amagis, Marlene Maria Almeida Fernandes, é a nova presidente do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris). No dia 28 de outubro, acompanhada pela nova diretoria do Nutris, ela

reuniu-se com o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, para avaliar a gestão da instituição social e planejar novas ações, entre elas a ampliação da atenção aos adolescentes atendidos no Núcleo de Arte

e Cultura, uma extensão do Nutris.

A nova presidente do núcleo disse que sabe da responsabilidade assumida e que espera contar com o apoio da Amagis, do TJMG e de toda a magistratura para poder levar adiante o trabalho social. ●

VALORIZAÇÃO DO MAGISTRADO

Amagis completa 59 anos de conquistas e defesa da classe

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) completou, em 21 de outubro de 2014, 59 anos de luta em favor da magistratura e do fortalecimento do Poder Judiciário em Minas Gerais e também em âmbito nacional. Diversos eventos e comemorações estão sendo programadas para o ano de 2015, quando a Associação completa 60 anos de conquistas.

Idealizada como uma Associação que não só lutasse pelas prerrogativas dos magistrados, como também pela independência do Poder Judiciário e pelos direitos fundamentais do cidadão, a Amagis manteve-se atuante pela ampliação de conquistas da magistratura.

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, a Associação deve estar, permanentemente, defendendo as prerrogativas da magistratura. "Quando se defende as prerrogativas, está se defendendo o Estado de Direito e garantindo a cidadania", afirmou.

A história da Amagis teve início em 1954, quando um grupo de juízes iniciou a coleta de assinaturas para sua criação, sentindo a necessidade de criar uma associação que fizesse os encaminhamentos e defesa da classe. Em 21 de outubro de 1955, a Amagis foi registrada em cartório.

A realidade da magistratura mineira era muito diferente antes da fundação da Amagis. A profissão não era valorizada, os vencimentos eram menores do que os pagos em

Arquivo Amagis



XII Congresso Brasileiro de Magistrados, em 1991, foi sediado pela Amagis

Tiago Parrela



Magistratura demonstra força em assembleia realizada em agosto de 2013

outros estados e ainda havia a sujeição dos magistrados a critérios políticos para nomeação e promoção. Isso fazia com que vários magistrados deixassem Minas Gerais, ingressando na magistratura de outros estados. Não raro, o número de vagas nos concursos, por exemplo, era maior que o de candidatos.

Em 1972, a Amagis incorporou a Associação Regional de Magistrados

(Arman), fundada em outubro de 1970, por juízes de Juiz de Fora, e a Associação Estadual dos Magistrados (Assemag), fundada em dezembro do mesmo ano, por juízes de Belo Horizonte, que encontraram na Amagis, a porta-voz da magistratura mineira, com a capacidade de unir a classe e lutar pelos objetivos comuns.

A Amagis participou dos principais momen-

tos da história recente do país, colaborando com o processo de construção da democracia brasileira. Entre outros marcos do processo de redemocratização, a Amagis participou da campanha nacional pela autonomia do Judiciário (1985), trabalhou intensamente pela criação da Constituição Cidadão (1988) e pela reforma do Judiciário (2004). •

DATAS HISTÓRICAS

1 de outubro de 2007 – Instituída a primeira comenda conferida pela Amagis, a "Comenda Desembargador Guido de Andrade"

2 de fevereiro de 1989 – Encaminhadas sugestões ao Capítulo do Poder Judiciário da nova Constituição mineira.

25 de fevereiro de 1985 – Amagis inicia campanha nacional pela autonomia do Poder Judiciário.

23 de maio de 1983 – Inauguração do edifício sede da Amagis.

22 de abril de 1976 – Criação do Departamento Médico, Hospitalar e Odontológico – DAMHO.

15 de março de 1975 – Primeira eleição na Amagis.

12 de dezembro de 1955 – Governador Clóvis Salgado sanciona a lei que reconhece a Amagis como instituição de utilidade pública.

21 de outubro de 1955 – Registro da Associação dos Magistrados Mineiros, no cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Arquivo Amagis



Governador Tancredo Neves e desembargador Lincoln Rocha



Ex-presidentes Márcio Aristeu Monteiro de Barros e Erotides Diniz



Diploma do I Congresso de Magistrados

DEPOIMENTO DE EX-PRESIDENTES

“A Amagis é uma distração, momentos de alegria e descontração. Nos encontros que acontecem entre os colegas magistrados e suas famílias, criam-se laços fortes de amizade que duram ao longo da vida”

Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros

fesa dos magistrados e do Judiciário, além de ter tido posição de destaque em diversas frentes. Acredito que as grandes vitórias são devidas a essa aglutinação da magistratura”

Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro

“Como presidente, aprendi que as grandes conquistas só são possíveis quando a classe se une. O mais importante é que a Amagis é o braço político da magistratura de Minas, nossa legítima e verdadeira representação”

Desembargador Nelson Missias de Moraes

“Participação, inclusão, união, força, seriedade, dedicação, atuação, instituição: expressões do ser e da representação da Amagis nas suas quase seis décadas de existência. Aperfeiçoamento, diligência, tecnologia, solidariedade, carinho, dignidade e serviços conjugam-na com nossas vidas”

Juiz Bruno Terra Dias

“Entendo que a Amagis é o instrumento político único da magistratura capaz de enfrentar lutas e demandas para colher bons resultados, seja junto ao Executivo, Judiciário e Legislativo”

Desembargador Doorgal Andrada

“A Amagis transformou o juiz mineiro: ele é um novo juiz digno, lutador e voltado aos autos como era, mas passou a ser um juiz artífice da sua própria defesa, autor da sua história capaz de conduzi-la e reivindicá-la para o país inteiro”

Ministro Paulo Medina

“A Amagis completa 59 anos comemorando seguidas conquistas. As conquistas patrocinadas pela Amagis sucedem-se e buscam beneficiar os associados e seus familiares”

Desembargador Carlos Augusto Barros Levenhagen

“Cinquenta e nove anos de luta em defesa das prerrogativas da magistratura mineira, de congraçamento, de salutar divergências e comunhão de ideais. Cada geração de juízes, a seu modo, contribuiu para a construção da nossa gloriosa entidade de classe”

Desembargador Elpídio Donizetti

“A Amagis tem conseguido fazer-se ouvida e presente na de-

59 ANOS DE HISTÓRIA

Evento comemorativo tem homenagem e lançamentos

Em comemoração aos seus 59 anos de conquistas e avanços, a Amagis realizou, no dia 5 de novembro, em seu auditório, evento no qual homenageou os ex-presidentes da Associação na pessoa do juiz Bruno Terra Dias, com a inauguração de seu retrato na galeria dos ex-presidentes, e lançou a 10ª edição da Amagis Jurídica e o seu novo Portal na internet. A cerimônia marcou também o início das comemorações dos 60 anos e contou com a emocionante participação do Coral da Amagis, regido pelo maestro Marco Antônio Moreira da Silva e coordenado pelos desembargadores Guilherme Luciano Baeta Nunes e Armando Pinheiro Lago.

Na homenagem, o presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, destacou a profícua contribuição associativa do ex-presidente Bruno Terra em sua gestão, quando alcançou avanços significativos na trajetória de lutas, e o agradeceu, em nome de todos, por seu compromisso em dignificar a carreira e a classe.

Emocionado, Bruno Terra disse que aquele era um momento de agradecimento pela confiança que depositaram nele, na missão de representar e defender uma classe tão apurada e exigente como a magistratura mineira. Estendeu os agradecimentos a todos os que

Georgia Baçvaroff



Bruno Terra, Herbert Carneiro, Antônio Sérvulo e Gilson Lemes

Georgia Baçvaroff



Coral da Amagis foi um das atrações da comemoração

se apresentaram como críticos, auxiliando-o a enxergar os melhores caminhos.

Além de Herbert Carneiro e de Bruno Terra, compuseram a mesa de honra o corregedor-geral de Justiça do Estado de Minas

Gerais desembargador Antônio Sérvulo dos Santos, e o diretor da revista Amagis Jurídica, juiz Gilson Soares Lemes. Na ocasião, também foi lançado o novo portal da Associação (leia mais na página 15).

CANÇADO TRINDADE

A 10ª edição da revista Amagis Jurídica, lançada no evento comemorativo aos 59 anos da Amagis, apresenta aos estudiosos do Direito um artigo do jurista e professor

Antônio Augusto Cançado Trindade, juiz da Corte Internacional de Justiça (Tribunal de Haia).

Publicado em inglês, o texto intitulado o Cumprimento de sentenças e decisões - A experiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Uma reavaliação, na tradução em português, é fruto de uma conferência proferida pelo jurista no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, em Estrasburgo, na França, em janeiro deste ano, e aborda a experiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da qual Cançado Trindade foi presidente.

A nova edição da revista reúne 12 artigos que abordam temas como as mudanças no Código de Processo Civil, admissão da família isoafetiva no direito brasileiro, a relação entre literatura e o direito e o conflito de normas entre o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras atualidades.

O diretor da revista, juiz Gilson Soares Lemes, agradeceu aos colaboradores da Amagis Jurídica e convidou os magistrados a participarem da publicação. Os artigos podem ser enviados para a Assessoria de Comunicação da Associação pelo e-mail imprensa@amagis.com.br e as normas de publicação pode ser obtidas no site www.amagis.com.br.

COMUNICAÇÃO DIGITAL

Amagis inaugura novo portal mais moderno e dinâmico

A Amagis lançou, no dia 5 de novembro, seu novo portal na internet. Podendo ser acessado no mesmo endereço – www.amagis.com.br –, o novo site propiciará uma interlocução ainda mais ágil e precisa com os associados e com a sociedade, contando, para isso, com as ferramentas mais modernas de comunicação digital.

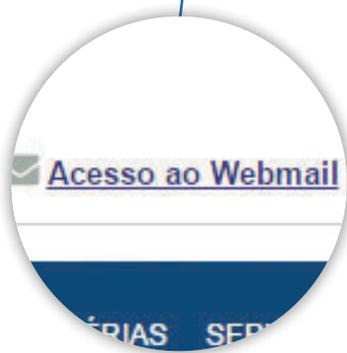
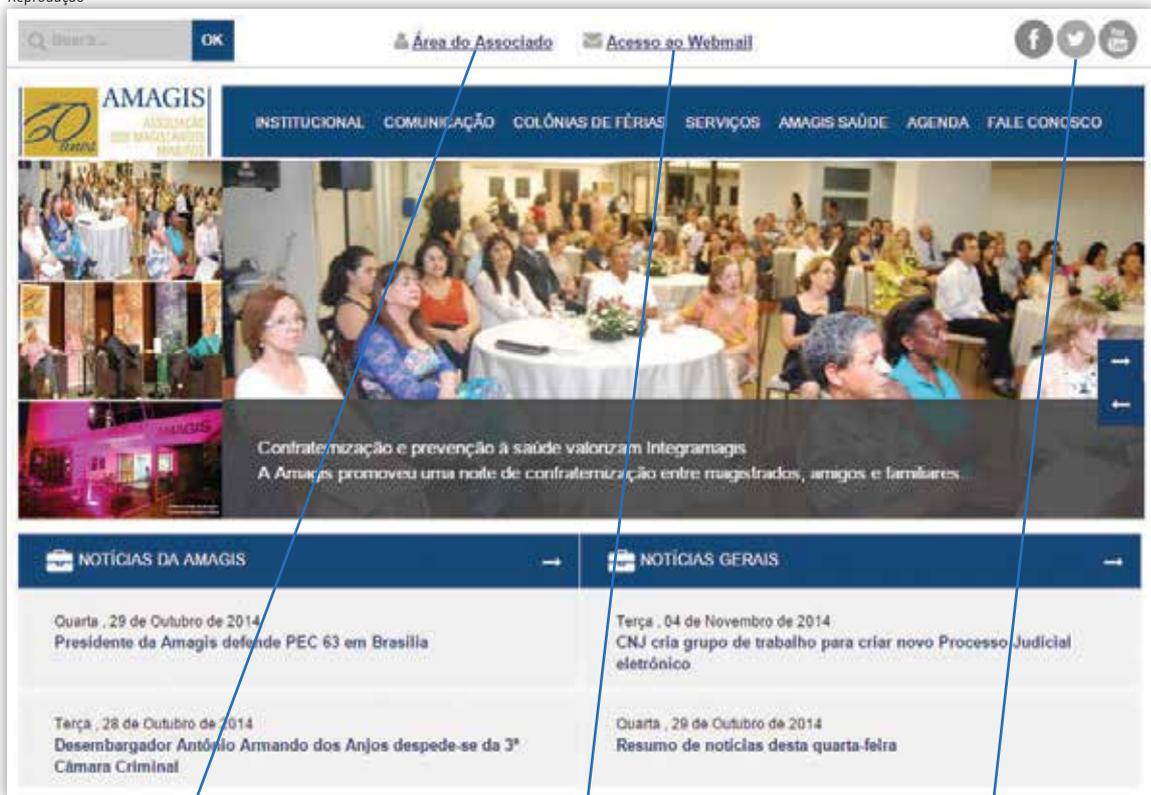
Todas as principais funcionalidades permanecem, como a atualização constante de notícias da Amagis, da magistratura e informações de interesse dos associados e da sociedade.

A principal mudança foi a criação de uma área específica para os associados, na qual há uma seção própria para as notícias que interessam diretamente aos magistrados, da ativa e aposentados, e às pensionistas. Para acessar esta área, basta clicar no link Área do Associado, que fica localizado na parte superior do site, e fazer o login com os mesmos dados de conta e senha que o associado já tem cadastrado na Associação.

Ao fazer o login, a cor predominante do site mudará de azul para dourado, indicando que se trata da seção de navegação exclusiva dos associados.

O acesso ao canal da Amagis no youtube e às redes sociais facebook e twitter, também ganharam destaque com ícones no canto superior direito do novo site.

Reprodução



O e-mail institucional e a área do associado, que dá acesso ao conteúdo exclusivo, estão no topo do site. O portal muda da cor azul para dourada quando o usuário está logado (veja ao lado). O acesso às redes sociais está mais fácil, com os ícones no canto direito superior do site.

NO AR

Destques dos programas de TV da Amagis em outubro

VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marquês

REPERCUSSÃO GERAL E RECURSOS REPETITIVOS

A inserção do recurso especial repetitivo tem como finalidade dar praticidade e celeridade ao julgamento dos recursos especiais. Já a repercussão geral dos recursos extraordinários assume a mesma finalidade do recurso especial repetitivo, uma vez que visa conter a multiplicidade de recursos interpostos perante o STF. Os institutos têm funcionado adequadamente? O desembargador Afrânio Vilela, da 2ª Câmara Cível do TJMG, e o ministro aposentado do STJ Arnaldo Esteves debateram o assunto. (Foto)

OBRIGATORIEDADE DA GUARDA COMPARTILHADA

O projeto da obrigatoriedade da guarda compartilhada dos filhos foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado em setembro deste ano e, agora, segue para nova votação no Plenário da Câmara, devido a alterações. Para falar sobre o assunto, recebemos o desembargador Pedro Aleixo Neto, da 12ª Câmara Cível do TJMG, e Maria Aparecida Rossi, advogada especialista em Direito de Família.

ELEIÇÕES 2014

O TSE aprovou mudanças nas leis eleitorais, cujas regras já passaram a valer no pleito de outubro. As mudanças foram positivas? Como foi feita a fiscalização? O Via Justiça debateu o assunto e recebeu como convidados o desembargador Alexandre Quintino Santiago, da 11ª Câmara Cível do TJMG, e o juiz Maurício Pinto Ferreira, do TRE-MG.

ENCARCERAMENTO NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO PENAL

A juíza Ana Régia Santos Chagas, da Vara de Execuções Criminais, Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Criminais, da Comarca de Patrocínio, e o defensor público Wilson Hallak analisaram o que os legisladores estão propondo em termos de encarceramento no projeto do novo Código Penal. O projeto, se virar lei, vai agravar a situação carcerária no País? Como poderá levar ao aumento do número de presos? ●

ASSISTA

TV Assembleia
Sexta-Feira, às 23hTV Justiça
Sábado, às 15h30TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30

PENSAMENTO JURÍDICO



CENTRO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

A Resolução nº661/2011, do TJMG, instituiu, em todas as comarcas do Estado, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, que são unidades do Poder Judiciário que concentram e realizam as audiências e sessões de conciliação e mediação, processuais e pré-processuais, bem como o serviço de atendimento e orientação ao cidadão. Para debater esse assunto, convidamos o juiz Carlos Donizetti Ferreira da Silva, auxiliar da 3ª Vice-Presidência do TJMG. (Foto)

O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO JUDICIÁRIO

A Defensoria Pública é um órgão que tem a função de promover os direitos humanos e a defesa, integral e gratuita, dos cidadãos, e está prevista na Constituição Federal no artigo 134. A nova defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, falou ao Pensamento Jurídico sobre a importância da Defensoria Pública e a promoção de vários mutirões anuais, como o "Direito a ter Pai", realizado pela instituição.

OUIDORIA DOS PLANOS DE SAÚDE

A juíza Maria Luiza Santana Assunção, ouvidora do Amagis Saúde e titular da 8ª Vara Cível de Belo Horizonte, participou do programa Pensamento Jurídico para discutir a exigência da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que obriga a criação de ouvidorias próprias nas operadoras de plano de saúde. Além disso, a juíza falou do aperfeiçoamento do serviço prestado pelo plano de saúde da Amagis.

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Brasil há 13.233 cartórios. As atividades realizadas por esse órgão estão presentes na vida das pessoas do nascimento à morte. A primeira necessidade de qualquer cidadão é ter uma certidão de nascimento. O Pensamento Jurídico discutiu sobre a importância social e jurídica do Direito Notarial e Registral com o desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues, da 2ª Câmara Cível do TJMG. ●

ASSISTA

TV Justiça
Sábado, às 18h30TV Comunitária
Sábado, às 22h

PATRIMÔNIO

Colônia de Nova Viçosa passa por manutenção

Bruno Gontijo



Manutenção na colônia de Nova Viçosa visa ao conforto dos magistrados

Com foco no bem-estar e no conforto dos associados e seus dependentes, além de valorizar o patrimônio

da classe, a Amagis realizará na Colônia de Férias de Nova Viçosa (Sul da Bahia), obras de manutenção.

Em função disso, a colônia está fechada pelo prazo de 20 dias, desde o dia 30 de outubro, para não gerar

nenhum desconforto, ou risco de acidentes, aos que lá estiverem, não podendo receber ou permanecer qualquer

hóspede. Após esse período, a colônia terá suas atividades normalizadas.

A Amagis estuda ainda a modernização dos elevadores da colônia de Cabo Frio (RJ), na região dos lagos, e a reforma da fachada do prédio. Na cidade fluminense, os magistrados dispõem de 8 apartamentos, um deles adaptados para pessoas portadores de deficiência.

A Associação possui colônias de férias em diversas regiões, dentro de Minas Gerais e em outros estados, para ofertar aos associados várias opções de lazer e um ambiente agradável para descansar e curtir as férias, ou mesmo um feriado. As cidades em que a Amagis possui colônias são: Caldas Novas (GO), Ubatuba (SP), Cabo Frio (RJ), Caxambu (MG) e Nova Viçosa (BA). ●

FORMAÇÃO CONTINUADA

Ejef promove treinamento em gestão

Com o objetivo de incentivar a capacitação contínua dos magistrados, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) promoveu, no dia 28 de outubro, o curso “Gestão de Processos Voltada para Resultados”, com o intuito de capacitar magistrados em

obter resultados significativos em suas áreas. Como apoiador da iniciativa, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou da abertura do curso.

O treinamento foi ministrado pela consultora Simone Meskelis, que abordou o tema

“Gerenciamento para resultados – métodos e ferramentas para a melhoria da performance na rotina diária das organizações”, destacando que em todos os setores existe uma cobrança nos cargos sobre gestão de resultados, com a acumulação de funções. ●

Tiago Parrella



Magistrados participaram do curso



Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

MÉRITO

Magistrado recebe comenda do TST



Ministra Cármen Lúcia e juiz Winston Churchill

O juiz aposentado Winston Churchill de Almeida, ex-diretor do Foro da Comarca de Juiz de Fora, foi homenageado, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), com a insígnia Ordem do Mérito Judiciário, pelos relevantes serviços prestados à magistratura mineira e à Justiça brasileira.

A outorga da honraria aconteceu no

dia 11 de setembro, em Brasília. A comenda, no grau oficial, foi entregue pela ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), e também é uma homenagem à laboriosa magistratura juiz-forana, pela sua competência e dedicação na melhor aplicação do Direito e na eficiente distribuição da Justiça. •

POSSE

TJMG tem novo integrante

Tiago Parrela



Pedro Bitencourt, Catarina e Llewellyn Medina

O magistrado Llewellyn Davies Antônio Medina tomou posse, no dia 15 de outubro, no cargo de desembargador do TJMG, e irá atuar na 7ª Câmara Cível. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou da solenidade entre outros magistrados e autoridades.

Natural de Teófilo Otoni, Llewellyn Medi-

na formou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. De 1984 a 1990, foi juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A partir de 1990, após aprovação em concurso, passa a ser Juiz de Direito do TJMG. É integrante da Academia de Letras de Teófilo Otoni e colaborador da Revista MagisCultura, editada pela Amagis. •

COLETÂNEA

Juiz de Passos lança décimo livro

Divulgação



O juiz Ricardo Bastos Machado, da Comarca de Passos, no Sul de Minas, publicou, no dia 28 de outubro, o livro "Tempo da Vida". Décima obra do magistrado, o título é uma coletânea

de textos que congregam a sensibilidade da arte da palavra com a profundidade da meditação, retratando a simbiose entre tempo e vida. O prefácio do livro é do desembargador Lúcio Urbano.

O lançamento foi realizado no espaço San Sevilha, em Passos. Entre as obras publicadas pelo juiz estão: *A minhoca sem nome, Alma, Amigo para sempre, Carpe Diem, Mãe para Sempre, O Planeta Marrom, Pingo d'Água, Resenhas e Aspectos da guarda, visita e alienação parental.* •

CHEGA DE VIOLÊNCIA

Justiça vai a escola em BH

Marcelo Albert



Juíza Simone Saraiva de Abreu

O projeto "Justiça vai à Escola – chega de violência doméstica", do TJMG, visitou, no dia 10 de outubro, a Escola Estadual Maurício Murgel, no bairro Nova Suíssa, região oeste de Belo Horizonte. Cinco turmas do 2º e 3º anos do ensino médio participaram da palestra da juíza Simone Saraiva de Abreu, secretária-executiva da Coordenadoria da Mulher em Situação de

Violência Doméstica e Familiar (Comsiv).

O projeto foi criado em agosto deste ano pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, que tem à frente a desembargadora Evangelina Castilho Duarte. Mais sete escolas devem participar da atividade até o final de 2014. •

*Com informações do TJMG

ABERTAS INSCRIÇÕES PARA JOGOS DA MAGISTRATURA

As inscrições para os VII Jogos Nacionais da Magistratura, que serão realizados entre 29 de abril e 3 de maio de 2015, em João Pessoa (PB), estão abertas até o dia 5 de abril.

Serão disputadas provas em 13 modalidades: atletismo, basquete, futevôlei, futsal, natação, pebolim, corrida rústica, sinuca, tênis de mesa, tiro, vôlei de praia e xadrez.

A estimativa dos organizadores é de aproximadamente 700 participantes. Para ter mais informações e fazer a inscrição, acesse o site amb.com.br.

CARNAVAL NAS COLÔNIAS DE FÉRIAS

As inscrições para as colônias de férias da Amagis, durante o Carnaval de 2015 (14 a 23 de fevereiro), estão abertas até o dia 28 de novembro.

Os interessados poderão concorrer a uma única vaga nas colônias das cidades de Ubatuba (SP), Nova Viçosa (BA), Cabo Frio (RJ), Caldas Novas (GO) ou Caxambu (MG).

Para participar, entre em contato com Cácia pelo telefone (31) 3079-3459 ou pelo e-mail cacia@amagis.com.br. O sorteio será realizado no dia 4 de dezembro. •

INVESTIMENTO

Cenário de incerteza: proteja-se da inflação

DESEMBARGADOR TARCÍSIO
MARTINS COSTA

Todo investidor, por mais experiente, está sujeito a correr riscos. Com mais razão, numa economia em frangalhos como a brasileira, ostentando a previsão de 0,3%, para o PIB de 2014.

Nesse cenário, é muito difícil para o pequeno investidor saber *onde* e *como* aplicar o seu dinheiro. Na verdade, é quase impossível descobrir aplicações de renda fixa que superem, ou pelo menos, empatem com a inflação. O refúgio tem sido a velha caderneta de poupança, que nem sempre consegue superar o IPCA, índice oficial do governo. O mesmo se aplica aos Fundos DI, depois de descontados o Imposto de Renda e as altas taxas de administração cobradas pelos bancos.

Em períodos de inflação, acima do limite superior à meta, os investimentos atrelados aos índices de preços (IPCA) – como as NTN-B's do Tesouro Direto – garantem alguma proteção ao investidor.

O Tesouro Direto é uma plataforma ou programa de venda de títulos públicos federais, criado pelo Tesouro Nacional em parceria com a BM&FBOVESPA, para as pessoas físicas. Cuida-se de um investimento em renda fixa de baixo risco, com liquidez e retorno satisfatório. Não é preciso muito dinheiro para começar (R\$ 30 até 1 milhão), podendo a conta ser aberta em uma corretora de valores mobiliários e o investimento realizado diretamente no Home Broker da instituição escolhida, com apenas alguns cliques.

Por tais razões, muitos investidores estão posicionados no Tesouro Direto em NTN-B's, que rendem juros mais a variação do IPCA – índice oficial que mede a inflação. Hoje, esses papéis, dependendo do vencimento, rendem 5,5% ao ano, mais a variação do IPCA, propiciando,

Títulos	Vencimentos	Mês	Ano	Últimos 12 meses
NTN-B	15/05/2015	1,04%	8,97%	11,33%
NTN-B	15/05/2017	1,34%	10,18%	11,21%
NTN-B	15/08/2020	1,49%	10,77%	9,42%
NTN-B	15/08/2024	3,14%	11,67%	8,51%
NTN-B	15/05/2035	5,39%	11,88%	5,86%
NTN-B	15/05/2045	6,78%	12,13%	6,85%
NTN-B	15/08/2050	6,88%	11,93%	7,13%
NTN-B Principal	15/05/2015	1,05%	9,03%	11,37%
NTN-B Principal	15/05/2019	1,35%	10,51%	9,36%
NTN-B Principal	15/08/2024	4,41%	12,92%	7,48%
NTN-B Principal	15/05/2035	10,01%	13,48%	0,79%

Rendimentos dos títulos do tesouro direto

portanto, ganhos bem superiores à inflação. Os juros serão os ajustados na hora da compra. Caso o investidor precise do dinheiro e faça o resgate antecipado, os analistas recomendam a compra com prazo mais curto, por ter menor sensibilidade à mudança dos juros. De qualquer sorte, é preciso se informar: quem entra em momento de baixa de juros obtém maior rendimento. A venda pode ser feita toda quarta-feira.

Os títulos em apreço se dividem em dois grupos: NTN-B Pura e NTN-B Principal. Ambas pagam correção monetária pelo IPCA, compensando a inflação, mais uma taxa de juros prefixada que varia ao longo do dia. Quem fica com o papel até o final recebe o IPCA do período mais os juros previamente fixados. A diferença entre elas se relaciona

aos períodos de pagamento. Na primeira (pura), o comprador recebe cupons semestrais, que incluem rendimentos acumulados no período. Na segunda (principal), o retorno se dá acumuladamente apenas na data do vencimento.

No ato da compra, o investidor pagará imposto de renda sobre os juros, taxa de custódia de 0,3% ao ano, além da corretagem (taxa de administração). No mesmo percentual, todas são cobradas na compra do título para o primeiro ano de aplicação e, somente a partir do segundo ano, ela será realizada proporcionalmente ao tempo. Ainda quanto ao IR, importa alertar que a NTN-B é uma aplicação de longo prazo. O IR máximo é de 22,5%, caso o investidor fique menos de 180 dias com o título. Vale dizer, quanto

mais tempo ele fica com o papel, menor a alíquota, chegando a 15% após dois anos. Segundo os analistas, a NTN-B Principal, para o perfil de longo prazo, se mostra mais vantajosa, por acumular montantes maiores que permanecem aplicados e rendendo (ver o quadro abaixo), além do IR só incidir no final do período, e não, a cada parcela recebida. Difícilmente, será interessante investir no curto prazo, mormente se o objetivo é adquirir outro título no Tesouro Direto.

Quanto à segurança: o prejuízo só efetivará se o Tesouro quebrar. No que se refere à rentabilidade bruta, veja-se a posição de 30/09/2014.

É importante frisar que a turbulência eleitoral tem paralisado o Tesouro Direto. Em 20 dias (10/9 a 7/10), os negócios foram suspensos nove vezes, por decisão do Tesouro, em razão da forte volatilidade nas taxas de juros dos títulos públicos provocada pelas eleições.

Como acima enfatizado, proteger-se da inflação não é tarefa fácil. A propósito, diz o educador financeiro Mauro Cailil, proteger-se da "inflação da vida" é bem mais complicado, sendo indispensável uma boa planilha de controle de gastos e ver onde eles aumentaram. Observa, ainda, que proteger-se da inflação nos investimentos é menos problemático, pois a *inflação da própria vida* é muito mais importante. E conclui, com um exemplo singelo: "se você tem R\$ 1.000,00 investidos, e a inflação foi de 6%, no final do ano, tem de ter ao menos R\$ 1.060,00 para conseguir apenas um empate. O seu investimento preservou o poder de compra da economia como um todo, mas isso não quer dizer que preservou o seu poder de compra, porque sua ceia de Natal pode ter saído de R\$ 1.000,00 para R\$ 1.800,00". Vale dizer: 73,5% acima da inflação anual projetada. ●

Arquivo Pessoal



ENTREVISTA >> JUÍZA ADRIANA FONSECA BARBOSA MENDES

“Hoje em dia, o juiz tem um papel de estabelecer e manter o diálogo entre os setores da sociedade. O magistrado atual não pode mais ficar apenas no gabinete”. Com essa visão, a juíza Adriana Fonseca Barbosa Mendes desenvolve um projeto na Comarca de Viçosa, na Zona da Mata, onde ela está há três anos, sobre métodos autocompositivos de solução de conflitos.

O objetivo é ouvir o jurisdicionado e fazer com que ele, parte, seja o condutor da solução de seu conflito, por meio da conciliação ou da mediação. Para isso, a Comarca de Viçosa conta, há dois anos, com a Rede de Atendimento, idealizada pela magistrada, e com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus). Viçosa é a primeira Comarca de segunda entrância a instalar o Cejus, que, de acordo com ela, é modelo para as demais Comarcas.

Conte-nos como surgiu a ideia da Rede de Atendimento na Comarca de Viçosa. Quando cheguei a Viçosa, fui aos municípios que integram a Comarca e conversei com cada prefeito, autoridades e representantes da sociedade organizada para discutirmos essa necessidade de levantar uma rede de atendimento que pudesse auxiliar aquele que busca a Justiça a encontrar o melhor caminho para a solução de seu conflito. Percebi que, muitas vezes, não havia um diálogo entre as secretarias dos municípios que compõem a Comarca. Foi feito um levantamento de todos esses municípios e reuniões para saber as deficiências e estabelecer um canal de troca de apoio entre os municípios nas diversas áreas como saúde, educação e ação social, entre outras. Fizemos parcerias com a Universidade Federal de Viçosa e com a Faculdade de Viçosa, bem como com o Poder

Executivo, e criamos a Rede de Atendimento, há dois anos. Há um ano e meio, instalamos o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, o primeiro em Comarca de segunda entrância no Estado, que atua juntamente com a Rede de Atendimento.

Qual o objetivo desses métodos autocompositivos de solução de conflitos?

A pacificação social, por meio da solução de conflitos. A ideia é evitar que os problemas que podem ser resolvidos de uma forma mais simples acabem indo ao Judiciário. O custo de cada processo, hoje, gira em torno de R\$3 mil, uma vez que a máquina começa a movimentar desde quando o cidadão procura a Defensoria Pública para dar início a um processo que muitas vezes poderia ser evitado. Alguns conflitos são solucionados por meio da conciliação, que é indicada para aqueles casos nos quais não vai haver uma relação continuada entre

as partes. Outros conflitos, geralmente envolvendo família e vizinhos, são indicados para a mediação.

Qual reflexo a senhora pode observar nesses dois anos de atuação da Rede de Atendimento e quase dois anos do Cejus na Comarca?

Percebemos uma queda nas audiências de instruções nos julgamentos, principalmente na área de família, porque muitas questões familiares estão sendo resolvidas por meio da conciliação e da mediação. Houve queda também nos pedidos de intimação compulsória de usuários de drogas. Para se ter uma ideia, antes de utilizarmos esses métodos, havia uma média de dois pedidos de intimação compulsória por semana nas Varas Cíveis. Hoje, esse número caiu para dois pedidos por mês. Isso já é um reflexo do nosso atendimento.

Qual a semelhança entre o Cejus e o Juizado Especial?

Os dois têm a mesma proposta: estabelecer outras portas para o cidadão ter acesso à Justiça formal. O Judiciário tem uma demanda altíssima, sobretudo depois da Constituição de 1988. Considero estes métodos autocompositivos como uma segunda porta para que o cidadão tenha acesso à Justiça.

Qual importância do papel do juiz nesse tipo de projeto?

Hoje em dia, o juiz não deve ficar no gabinete apenas. Ele tem uma outra proposta. Ele tem que sair e ver quais são os anseios da sociedade da comarca. O juiz tem um poder muito grande de trazer todos os setores para conversar e estabelecer esse diálogo. Isso é o que eu faço em todas as comarcas em que passo. Muitos jurisdicionados vêm até a audiência só para serem ouvidos. Eles são ouvido e, na maioria das vezes, se tornam protagonistas da solução de seus conflitos. ●

“

Considero os métodos autocompositivos de solução de conflitos como uma segunda porta para que o cidadão tenha acesso à Justiça

O juiz não deve ficar no gabinete apenas. Ele tem uma outra proposta.

O juiz tem o poder de estabelecer diálogo entre os setores

O jurisdicionado, muitas vezes, é protagonista da solução de seus conflitos

”

NOBEL DE LITERATURA

Patrick Modiano será reeditado no Brasil

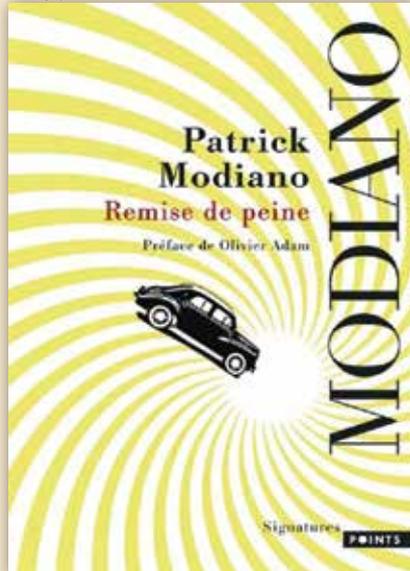
O escritor francês Patrick Modiano, de 69 anos, foi o escolhido pela Academia sueca como o ganhador do Prêmio Nobel de Literatura de 2014. Apesar de ser autor de 28 romances, nenhum deles está em catálogo no Brasil atualmente. Seis livros foram editados pela Rocco, mas deixaram de ser impressos em 2003.

A boa notícia é que a Editora Record comprou, um dia após o anúncio do prêmio, no dia 9 de outubro deste ano, os direitos de publicação de

três livros de Modiano: “Remise de Peine” (1988), “Fleurs de Ruine” (1991) e “Chien de Printemps” (1993). Ainda não há, porém, previsão de data para o lançamento, já que ainda será necessário iniciar todo o trabalho de editoração, da tradução à impressão gráfica.

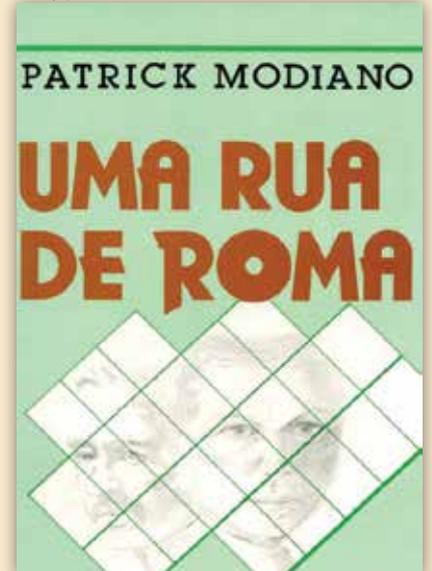
O fio condutor de toda a obra de Patrick Modiano é a vida cotidiana de Paris, contada por meio de personagens comuns principalmente no período da Segunda Guerra Mundial. ●

Divulgação



Livros serão reeditados no Brasil

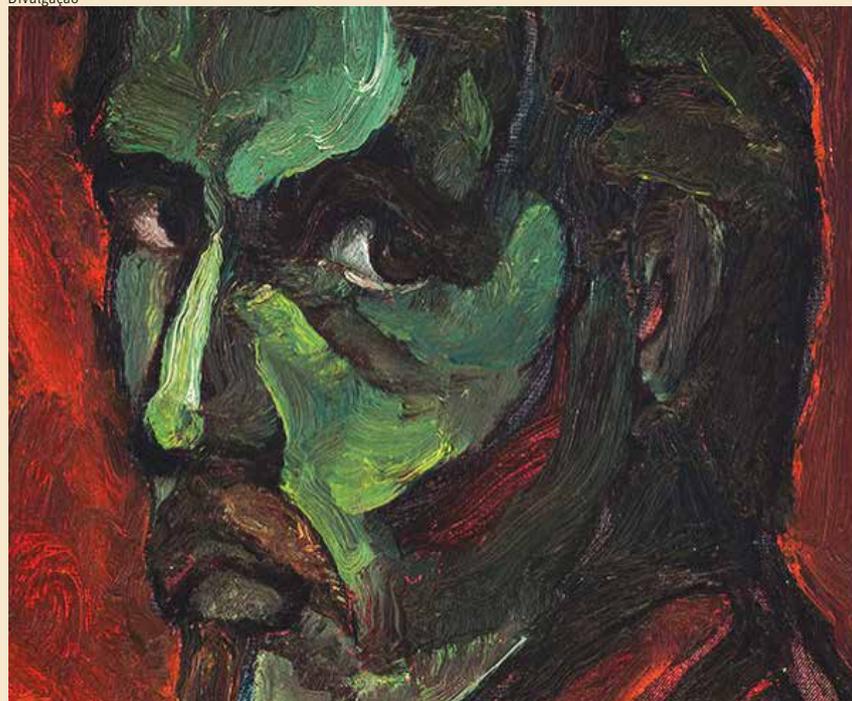
Divulgação



ARTES PLÁSTICAS

CCBB recebe exposição de Carlos Bracher

Divulgação



Obras poderão ser vistas até o dia 12 de janeiro

O Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), de Belo Horizonte, receberá a exposição Bracher – Pintura e Permanência, com uma retrospectiva do pintor mineiro Carlos Bracher, considerado um dos grandes mestres brasileiros com o domínio da pintura a óleo sobre tela. Abordando suas principais fases através de 86 obras, a mostra ainda conta com performances ao vivo, exibições de vídeos e salas interativas.

Pintor, desenhista, escultor, gravador, Carlos Bracher é mineiro de Juiz de Fora. Foi aluno de Fayga Ostrower e Inimá de Paula. Em 1967, re-

cebeu o prêmio de viagem ao exterior do Salão Nacional de Belas Artes - SNBA do Rio de Janeiro. Na Europa, fixou-se principalmente em Paris e Lisboa, onde estudou pintura e expôs em galerias locais. Sua obra ainda integra mais de 20 livros de arte e foram produzidos dezenas de vídeos e documentários sobre sua vida e obra.

A exposição acontece de 12 de novembro de 2014 a 12 de janeiro de 2015. O horário de visitação é de 9h às 21h, e a entrada é franca. O CCBB fica na Praça da Liberdade, 450, em Belo Horizonte. Mais informações: (31) 3431-9400. ●

Além do suporte prestado às pessoas quando elas mais precisam, o Seguro DPVAT também está ajudando a modernizar o sistema judiciário brasileiro



O Seguro DPVAT é reconhecido no Prêmio Innovare.

A prática **Política de Conciliação como estratégia de celeridade no atendimento aos usuários do Seguro DPVAT e redução do passivo judicial**, implantada pela Seguradora Líder DPVAT, foi escolhida para receber Menção Honrosa na categoria Advocacia na 10ª edição do Prêmio Innovare, que reconhece práticas inovadoras que visam melhorar e modernizar o Sistema Judiciário do país. Esse reconhecimento reflete também nosso cuidado com o atendimento aos usuários do DPVAT que buscam a via judicial. Ao mesmo tempo, atinge dois importantes objetivos: solucionar o problema trazido pela vítima com rapidez e desafogar o Judiciário.



Seguradora Líder
Administradora do Seguro DPVAT

FÓRUM LAFAYETTE

Magistratura adere à campanha 'Outubro Rosa'

Os juízes e juízas do Fórum Lafayette, na Comarca de Belo Horizonte, aderiram à campanha 'Outubro Rosa', durante ação promovida pela equipe do Amagis Saúde, no dia 9 de outubro. A mobilização é realizada em todo o mundo com o objetivo de conscientizar as mulheres, a partir dos 40 anos, sobre a importância de realizar exames preventivos, a fim de evitar o câncer de mama.

De acordo com o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Maurício Soares, o engajamento em uma campanha realizada mundialmente é uma forma de alertar e sensibilizar as magistradas para a doença e a importância de realizar a prevenção.

Na avaliação da juíza Soraya Hassan Baz

Adriano Boaventura



Juizes apoiaram a iniciativa da Amagis no Fórum Lafayette

Lauar, da 1ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, a iniciativa de participar de uma campanha mundial é valiosa, pois a saúde das mulheres merece toda atenção. Para ela, o 'Outubro Rosa', além

de alertar para um grave problema, ajuda a esclarecer sobre a prevenção dessa forma de câncer.

Durante a ação promovida pela equipe do Amagis Saúde, os juízes que estavam na Sala da

Amagis, no Fórum Lafayette, manifestaram apoio à campanha. Com parte das ações realizadas pela Associação, o prédio-sede da Associação ficou iluminado com a cor rosa, durante todo o mês de outubro. ●

NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Araxá	Fonoaudiologia	Marly Ribeiro Afonso Amancio	Rua Costa Sena, nº 123, Centro	(34) 3662-7550
	Psicologia	Regina Teixeira Vale	Rua Costa Sena, nº 123, Centro	(34) 3662-7550
	Psicologia	Maria José Cardoso dos Santos	Rua Costa Sena, nº 123, Centro	(34) 3662-7550
Belo Horizonte	Angiologia e Cirurgia Vascular	Angio Scan	Rua Domingos Vieira, nº 587, Conj. 1403 Santa Efigênia	(31) 3024-5889
	Oftalmologia	Oftalmoclínica Lessa Mariano	Av. dos Engenheiros, nº 431, Sala 608 Castelo	(31) 2510-3030
Montes Claros	Endoscopia Digestiva, Gastroenterologia, Proctologia	Gastrovida	Rua Benjamim dos Anjos, nº 747, 5º Andar Melo	(38) 3221-6593
Poços de Caldas	Psicologia	Karina Modesti	Rua Paraíba, nº 349, Sala 213 Centro	(35) 9147-4797
Uberaba	Terapia Ocupacional	Cito - Centro Integrado de Terapia Ocupacional	Rua Donaldo Silvestre Cicci, nº 32, Manoel Mendes	(34) 3316-6959
Uberlândia	Medicina Laboratorial	Laboratório Saúde - Diu Saúde	Avenida Getulio Vargas, nº 184, Centro	(34) 3255-7100

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noel Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juizas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgina Bacvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura - Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques - Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela - Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

CÂNCER DE PRÓSTATA

Amagis também apoia o 'Novembro Azul'

MARIANA FONTES

Se outubro foi rosa, novembro é azul e marcado por uma campanha mundial de conscientização da importância do diagnóstico do câncer de próstata. Coincidentemente após ao que é dedicado ao combate ao câncer de mama, o mês é dedicado à saúde dos homens no movimento internacional denominado 'Novembro Azul'. A iniciativa atinge mais de 1,1 milhão de pessoas em diversos países e tem objetivo estimular a mudança de hábitos e atitudes do público masculino com relação à sua saúde e seu corpo, incentivando assim, o diagnóstico precoce de doenças como o câncer de próstata.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), o câncer de próstata é o segundo mais comum entre homens no mundo e fica atrás apenas do câncer de pele não melanoma. Atualmente, ele é o sexto mais comum e o mais prevalente em homens, o que representa cerca de 10% do total de cânceres. No Brasil, a doença é responsável por 6% do total de óbitos de homens; em 2011, fez 13.130 vítimas.

DIAGNÓSTICO PRECOCE

A Sociedade Brasileira de Urologia (SBU)

recomenda que todos os homens façam o exame anual, após os 50 anos. Para aqueles que apresentam casos de câncer de próstata na família, devem iniciar estes exames a partir dos 40 anos. Já para os afrodescendentes, aos 45 anos. Isso porque esses têm chance maior de apresentar precocemente a doença.

Segundo o especialista Antonio Peixoto de Lucena Cunha, presidente da SBU-MG, o medo de descobrir algum tipo de doença, o preconceito com o exame de toque endorretal, a crença de que os sintomas são normais para a idade e a desinformação são as principais causas do receio do homem em procurar o médico. "O exame de toque é fundamental para a detecção precoce. Acredito que, hoje, há uma crescente conscientização da população na prevenção não só do câncer, mas de outras doenças. Com uma conscientização maior da população masculina, o tabu do exame tem sido quebrado", apontou o médico.

O câncer de próstata pode ser uma doença silenciosa por não apresentar sintomas nas fases iniciais. "Esse tipo de câncer se origina na periferia da próstata e demora a causar a obstrução do trato uri-

Tiago Parrela



Prédio da Amagis nas cores da campanha contra o câncer de próstata

nário inferior. Ele só é curável nas suas fases iniciais, quando ainda está restrito ao tecido prostático. Por isso, é de extrema importância a detecção precoce, permitindo a cura do paciente. Nas suas fases avançadas temos apenas tratamento paliativo, visando melhorar a qualidade de vida e aumentar a sobrevida do paciente", advertiu.

AMAGIS ADERE À CAMPANHA

Durante o mês de novembro, o edifício-sede da Amagis, em Belo Horizonte, será iluminado de azul em apoio à luta contra o câncer de próstata. ●

PRINCIPAIS SINTOMAS NA FASE AVANÇADA:

- Dor óssea
- Dores ao urinar
- Vontade de urinar com frequência
- Presença de sangue na urina e/ou no sêmen

ATENÇÃO!

A ausência de sintomas não garante que não há problemas. Por isso, faça exames preventivos e cuide da sua saúde!

FATORES DE RISCO:

- Idade (cerca de 62% dos casos são de homens a partir dos 65 anos)
- Histórico familiar
- Raça (maior incidência entre os negros)
- Alimentação inadequada, à base de gordura animal e deficiente em frutas, verduras, legumes e grãos
- Sedentarismo
- Obesidade